

Empenho no Planeamento Urbanístico e na Implementação do Programa de Condições Ideais de Habitação e de Mobilidade



Paralelamente à concretização do objectivo de construir Macau num “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, o Governo da RAEM empenha-se na optimização do ambiente urbano de Macau e no aperfeiçoamento do planeamento urbanístico em resposta às necessidades decorrentes do desenvolvimento, e esforça-se, com base nas linhas de acções de construção da cidade propícia à habitação e mobilidade, por elevar a qualidade de vida da população e reforçar a protecção ambiental como definida no plano, a fim de atingir o objectivo de longo prazo do desenvolvimento equilibrado e sustentado.

Plano urbanístico, perspectiva futura e um novo capítulo da renovação urbana

O aperfeiçoamento do plano urbano tem por objectivo esboçar um esquema para a promoção do desenvolvimento e gestão eficaz. O Governo da RAEM concluiu, em 2016, a elaboração da “Estratégia do Desenvolvimento Urbano da Região Administrativa Especial de Macau (2016-2030)”, definindo as orientações gerais do futuro desenvolvimento e da construção urbana. Posteriormente, o Governo irá proceder à elaboração do planeamento urbanístico geral de

acordo com a Estratégia do Desenvolvimento Urbano.

No que diz respeito ao plano da direcção do desenvolvimento dos Novos Aterros, o Governo da RAEM elaborou e publicou o “Relatório da terceira fase da consulta pública sobre os novos aterros”. Com base nos resultados obtidos, está a ser analisada e aperfeiçoada a proposta do plano geral de desenvolvimento dos Novos Aterros, propondo concretizar primeiramente os projectos considerados necessários e urgentes e que reúnem, em geral, a concordância da sociedade.

A autoridade procedeu ao estudo do “Plano do Desenvolvimento Articulado da Zona Leste de Macau”, para analisar, de forma unificada, a construção e o planeamento dos Novos Aterros da Areia Preta, o NAPE, as imediações do Reservatório, a Zona A e o Posto Fronteiriço Zhuhai-Macau da ilha artificial. No que diz respeito à Zona Administrativa e Judiciária da Zona B, foram lançados os trabalhos preparatórios do plano relativo às infraestruturas. De igual modo, iniciou-se o planeamento da Zona E1, que abrangem a definição das redes viárias e do posicionamento das infra-estruturas, da finalidade dos lotes de terreno, bem como a ligação entre os meios de transporte aéreo, marítimo e terrestre.

O Governo da RAEM criou, em Fevereiro de 2016, o Conselho para a Renovação Urbana, que entrou em funcionamento em Março. O referido Conselho é composto por vinte e nove membros, incluindo representantes de entidades governamentais e não governamentais. O Governo espera que a criação do respectivo Conselho possa facilitar a elaboração de políticas e medidas de renovação urbana em que se articulem com o desenvolvimento da cidade, no sentido concretizar progressivamente os trabalhos desta área.

Acelerar a construção de habitação pública para assegurar “habitação e bem-estar para todos”

Para concretizar o objectivo político “habitação para todos, bem-estar para todos”, o Governo da RAEM acelerou, em 2016, a construção de habitação pública e o processo de atribuição de habitação pública aos agregados familiares qualificados. Além disso, procedeu a um estudo sobre a perspectiva futura relativamente à procura de habitação pública e iniciou a organização dos terrenos destinados à construção de habitação pública.

As obras do edifício de habitação pública concluídas em 2016 são referentes aos edifícios Cheng I e de Iat Seng, disponibilizando, no total, 770 fracções de habitação económica e 694 fracções de habitação social, respectivamente.

O edifício de equipamentos sociais com seis pisos, situado em Seac Pai Van, que inclui terminal de autocarros, mercado, parque de estacionamento público, centro de actividades comunitárias e biblioteca, foi entregue às respectivas entidades utilizadoras.

Por outro lado, em relação à segunda fase da habitação social e do pavilhão desportivo de Mong-Há, foi rescindido o contrato celebrado com o anterior adjudicatário e iniciado o processo do novo concurso público após a alteração dos projectos. Quanto à habitação social de Tamagnini Barbosa, a alteração do projecto foi concluída em 2016, assegurando que os edifícios adjacentes

não fossem afectados no decurso da execução do projecto. No que respeita ao planeamento de habitação pública para os próximos anos, estão a ser realizados os trabalhos preparatórios para a avaliação do impacto ambiental da demolição das instalações existentes no terreno da Avenida Venceslau Morais, onde está prevista a construção de habitação pública.

Para que os agregados familiares qualificados possam o mais cedo possível morar na habitação pública, o Instituto de habitação acelerou, em 2016, a selecção e as atribuições de fracções aos agregados familiares em lista de espera do concurso de habitação social de 2013. Em 2016, foram atribuídas habitações sociais a mais de 2100 agregados familiares.

Por outro lado, iniciou-se a selecção de 1900 candidatos ao concurso para a aquisição de habitação económica de diferentes tipologias, que foram qualificados para apreciação substancial, tendo sido concluídos, até finais de Setembro, cerca de dois terços das candidaturas e iniciado o processo de selecção para a venda de fracções.

A partir de 2016, o Governo lançou medidas de isenção de renda, com base nos rendimentos, para os arrendatários de habitação social com dificuldade económicas, simultaneamente, para que também os arrendatários de habitação social com rendimento superior ao limite máximo prescindissem das habitações sociais, por sua iniciativa, e para concretizar a utilização racional dos recursos de habitação pública. No ano de 2016, um total de 12.900 arrendatários de habitação social ficaram isentos do pagamento de renda e 34 cujos rendimentos eram superiores ao limite máximo saíram das fracções de habitação social. Em relação aos agregados familiares em lista de espera, o Governo continuou a aplicar o plano provisório de atribuição de abono de residência, a fim de aliviar os seus encargos resultantes do arrendamento de prédios privados.

Para melhorar o regime de habitação pública juntamente com o desenvolvimento social, o Instituto de Habitação efectuou uma consulta pública sobre a alteração do "Regime Jurídico de Habitação Social" e divulgou, em 2016, o relatório final da consulta pública.

Valorizar os transportes públicos e incentivar a utilização racional de veículos

Paralelamente ao desenvolvimento urbano, cresce inevitavelmente a necessidade de gerir o trânsito, tornando-se particularmente evidente um desafio num pequeno território como Macau, que merece a preocupação do Governo da RAEM. Em 2016, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego concluiu a revisão intercalar da "Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)". Um total de 56 das 61 acções, ou seja mais 90 por cento, abrangidas na Política Geral encontram-se a ser promovidas conforme o definido na política "primazia dos transportes públicos, controlo dos veículos, alívio das vias rodoviárias e incentivo à deslocação a pé".

Para incentivar os residentes a utilizar os transportes públicos, as autoridades empenharam-se na eficácia do serviço de transportes públicos, através de ajustamentos tanto na frequência como nas carreiras de autocarros, em resposta às necessidades reais. Em 2016, foi implementado o plano do corredor exclusivo para autocarros, em determinados horários, entre a Barra e a Doca de Lam Mau, que é destinado à circulação de autocarros e carros de emergência, encurtando

consideravelmente o tempo de viagem dos autocarros entre a Barra e a Zona Central. Foram ainda tomadas medidas de ajustamento nas localizações das paragens de autocarros nas zonas mais críticas para aliviar o congestionamento. Foram lançadas aplicações móveis como a “Localização dos autocarros”, que fornece informações relativas às carreiras, à chegada de autocarros, à paragem em tempo real, bem como a pesquisa das paragens mais próximas através da função de localização do telemóvel.

Para facilitar a deslocação dos idosos e pessoas com deficiência, os responsáveis aproveitaram a revisão de contratos para incentivar as concessionárias a aumentar o número de autocarros adaptados ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida.

Em articulação com o plano de reconstrução e melhoria do sistema de ventilação da zona subterrânea do Terminal das Portas do Cerco, foi concluída a obra de expansão da zona de tomada e largada de passageiros para os autocarros turísticos na zona leste da praça. No futuro, a zona subterrânea do Terminal passará a ser dedicada exclusivamente ao uso de autocarros públicos.

Por outro lado, foi implementada, sob a coordenação das autoridades e no segundo trimestre de 2016, a exploração conjunta de autocarros entre as três concessionárias do jogo, com a qual as carreiras e a frequência diária desses autocarros foram respectivamente reduzidas, sendo registada, até finais do ano, uma redução de 327 partidas, por dia, desde os diversos postos fronteiriços, em comparação com o registado em 2015.

Com vista a satisfazer as necessidades do público quanto aos serviços de táxi, as autoridades competentes aumentaram, oportunamente, o número de alvarás de táxis atribuídos conforme o necessário em Macau. Em 2016, atribuíram-se 200 alvarás de táxi que foram objecto de concurso público em 2015 e, em Abril, foram concluídos novo concurso público para atribuição de mais 250 licenças. Para além disso, foi também concluída a adjudicação de 100 licenças de táxis especiais. A empresa concessionária irá dispor, faseadamente, de 100 táxis especiais, dos quais cinco serão adaptados ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida e dez serão de grande porte, e irá criar um centro para a prestação de serviços equipado com um sistema de gestão.

Com a conclusão das obras dos edifícios de habitação económica Cheng I e do edifício de habitação social Iat Seng, são criados cerca de 1170 novos lugares de estacionamento, para carros e motos. Simultaneamente, foi lançado novo modelo de tarifário actualizando assim os montantes das tarifas de estacionamento e introduzida a cobrança de tarifas consoante o horário de utilização, a fim de incentivar o hábito da utilização mais racional dos veículos privados.

Para encorajar o hábito de deslocação a pé, foi dada a continuidade ao aperfeiçoamento das redes pedonais. Foram concluídas sucessivamente, em 2016, as obras de construção das escadas rolantes na Rua da Surpresa e do projecto de embelezamento da Rua da Encosta e o acesso pedonal entre a ZAPE e a Guia, reduzindo-se assim a distância nas deslocações pedonais entre as áreas da zona central e do ZAPE. Na ilha da Taipa, foi concluída a construção do passeio entre o Jardim do Lago e as Vivendas do Carmo, bem como da empreitada do miradouro, com vista a melhorar o ambiente pedonal e estabelecer uma ligação entre pontos turísticos.

Sendo um importante sistema de transporte colectivo para o futuro de Macau, a obra de construção do Metro Ligeiro conquistou também um avanço marcante em 2016. Até finais de 2016, as obras de engenharia civil do viaduto com 9,3 quilómetros de extensão e as 11 estações

da Linha da Taipa estão basicamente concluídas, dando-se, assim, início à instalação do sistema ferroviário. Ao mesmo tempo, foi já resolvido o problema relativo à rescisão de contrato, que afectou a construção da superestrutura do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro. As obras foram assim retomadas após alteração dos projectos e a realização de novo concurso.

Para coordenar as necessidades do desenvolvimento, uma equipa de consultadoria foi encarregada de efectuar uma análise sobre a previsão do fluxo de passageiros do Metro Ligeiro, com vista a planear, de forma mais racional, a rede do Metro Ligeiro incluindo o traçado de Macau. Com a conclusão do estudo de viabilidade relativo à Linha de Seac Pai Van do Metro Ligeiro, deu-se início ao estudo da sua ligação com a Linha da Taipa.

Após a conclusão da obra do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, a Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água deu início, a partir de Julho de 2016, à entrega da mesma às entidades utilizadoras, dando-se, assim, início à preparação para a sua entrada em funcionamento, de forma a assegurar a estabilidade e a fluidez dos serviços de transporte marítimo durante a transição do Terminal Provisório para o Novo Terminal Marítimo.

Ficou definido que a quarta ligação Macau-Taipa será uma ponte, assim, o Governo da RAEM já concluiu o estudo sobre a viabilidade da empreitada e a avaliação de impacto ambiental marítimo, que foram submetidos ao Governo Central para aprovação. Uma vez aprovada pelo Governo Central a avaliação do impacto ambiental marítimo, o Governo da RAEM espera concluir os trabalhos de adjudicação do projecto e construção da quarta ligação Macau-Taipa em 2017, dando depois início às obras.

Protecção ambiental garante condições favoráveis à habitação e o transporte ecológico cria condições de mobilidade

Com vista a assegurar o desenvolvimento sustentado e a concretizar um ambiente propício à habitação e mobilidade, o Governo da RAEM dedicou-se à protecção ambiental concluiu em 2016 a avaliação da execução e eficácia da fase intercalar do "Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)" e apresentou as respectivas propostas de actualização e ajustamento a longo prazo.

A par do desenvolvimento urbano, cresce a necessidade de tratamento de resíduos sólidos e de águas residuais. Pelo que o Governo da RAEM encarregou uma empresa de consultadoria de efectuar uma avaliação geral sobre a gestão de resíduos sólidos de Macau. Além disso, está a decorrer o estudo de viabilidade da expansão e modernização da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau.

Por outro lado, foi desenvolvida, de forma contínua, a cooperação ambiental com o interior da China nos termos do "Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau". Foi decidido, em 2016, o local de recepção no interior da China para o tratamento dos materiais inertes resultantes de demolições e construções. Foram adquiridos equipamentos de *software* e *hardware* para o sistema operacional e de controlo para a transferência inter-regional de veículos obsoletos.

Tendo em vista a melhoria da qualidade do ar, foi concluída a elaboração e publicação do regulamento administrativo “Normas Relativas à Gasolina sem Chumbo e ao Gasóleo Leve para Veículos”, e foram reforçados os equipamentos de inspeção de veículos automóveis, de forma a aumentar a capacidade diária de inspeção de 280 para 650 veículos.

Foi ainda concluída a elaboração do “Plano de Curto, Médio e Longo Prazo para a Introdução e Promoção de Eco Veículos em Macau”. Com vista a generalizar a utilização de veículos eléctricos, a autoridade lançou as “Directrizes Técnicas de Segurança de Instalações de Carregamento de Veículos Eléctricos” e concluiu a instalação de 60 pontos de carregamento de veículos ligeiros em parques de estacionamento públicos, dando início também ao estudo dos critérios para a instalação de equipamentos para carregamento de veículos eléctricos em novos edifícios. Quanto ao transporte público, as empresas concessionárias são incentivadas, continuamente, a utilizar autocarros ecológicos, encontrando-se em funcionamento 44 autocarros ecológicos, no final do ano.



Construção das grandes infraestruturas e de uma (família feliz)

Promoção da Reforma da Administração Pública e Reforço da Estrutura do Sistema Jurídico



Em 2016, em articulação com o posicionamento do desenvolvimento de “Um Centro, Uma Plataforma”, na área da Administração e Justiça, foi aprofundada, constantemente, a reforma da Administração Pública, impulsionada a construção do sistema jurídico e aperfeiçoados os serviços relacionados com a vida quotidiana para responder às necessidades resultantes do desenvolvimento social e expectativas dos residentes.